(Forbes Resources Brazil Holding SA)

Demonstrações financeiras

em 31 de março de 2024

Índice

Balanço Patrimonial 3
Demonstração do Resultado 4
Demonstração do Resultado Abrangente 5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 6
Demonstração dos Fluxos de Caixa 7
1. A Companhia e suas operações 8
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 8
3. Sumário das principais práticas 9
4. Estimativas e julgamentos relevantes 11
5. Caixa e equivalentes de caixa 14
6. Depósito vinculado 14
7. Contas a receber, líquidas 15
8. Estoques 15
9. Imobilizado 16
10. Intangível 17
11. Fornecedores 18
12. Partes relacionadas 18
13. Arrendamentos 18
14. Provisão para desmantelamento de áreas e gastos ambientais 20
15. Tributos 21
16. Patrimônio Líquido 22
17. Receita de Vendas 23
18. Custo dos produtos e serviços vendidos 24
19. Outras (despesas) receitas, líquidas 25
20. Resultado financeiro líquido 25
21. Processos judiciais e contingências 25
22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 26
23. Compromissos e garantias 28
24. Eventos subsequentes 29

FORBES RESOURCES BRAZIL HOLDINGS S.A.

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		FMRB	CON			FMRB	CON
Ativo	**Nota**	**T1 - 2024**	**T1 - 2024**	**Passivo**	**Nota**	**T1 - 2024**	**T1 - 2024**
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	326	12.394	Fornecedores	11	14.257	60.455
Contas a receber, líquidas	7	-	11.777	Adiantamento de clientes		-	28.070
Operações de mútuo	12	-	74	Passivo de arrendamentos	13	-	2.776
Estoques	8	-	55.691	Imposto de renda e contribuição social		-	-
Arrendamentos	13	-	367	Impostos e contribuições	15.2	20	53.604
Imposto de renda e contribuição social	15.1	186	4.450	Obrigações trabalhistas e sociais		-	6.778
Impostos e contribuições	15.2	-	3.247	Empréstimos e Financiamentos		248.781	248.781
Outros ativos		905	8.605	Operações de mútuo		-	-
		1.417	96.605	Outros passivos		-	6.472
Não circulante						263.058	406.936
Realizável a longo prazo				**Não circulante**			
Depósito vinculado	6	-	18.427	Passivo de arrendamentos	13	-	1.058
Ativo fiscal diferido		-	33.690	Provisão para desmantelamento de áreas	14	-	85.214
Impostos e contribuições	15.2	-	11.412	Empréstimos e Financiamentos		-	-
Operações de mútuo	12	3.935	3.935	Impostos e contribuições	15.2	-	27.071
Arrendamentos	13	-	2.393	Operações de mútuo		114.896	55.446
Outros ativos		-	-	Outros passivos		-	168
		3.935	69.857			114.896	168.957
				Patrimônio líquido			
				Capital social integralizado	16.1	1	1
				Capital a integralizar		(1)	(1)
				Reserva de capital		-	-
Investimentos		214.458	-	Reserva Legal		-	-
Imobilizado	9	-	195.436	Reservas de lucros a distribuir		(129.496)	(129.496)
Intangível	10	-	55.851	Prejuízo acumulado		(28.648)	(28.648)
		218.393	321.144			(158.144)	(158.144)
		219.810	417.749			219.810	417.749

FORBES RESOURCES BRAZIL HOLDINGS S.A.

Demonstração do Resultado

Período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		FMRB	CON
	Nota	T1 - 2024	T1 - 2024
Receita de vendas	17	-	121.601
Custo dos produtos vendidos	18.1	-	(87.392)
Lucro bruto		-	34.209
Despesas			
Vendas	18.2	-	(26.190)
Gerais e administrativas	18.3	(132)	(9.707)
Tributárias		(37)	(379)
Equivalência Patrimonial		(6.886)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	19	-	262
		(7.055)	(36.014)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		(7.055)	(1.805)
Resultado financeiro líquido	20	(21.593)	(29.475)
Despesas financeiras		(21.732)	(30.493)
Receitas financeiras		139	1.018
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		(28.648)	(31.280)
Imposto de renda e contribuição social		-	2.632
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(28.648)	(28.648)

	FMRB	CON
	T1 - 2024	T1 - 2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(28.648)	(28.648)
Resultado abrangente total	(28.648)	(28.648)

	Capital subscrito e Integralizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 15 de julho de 2022 (data de constituição)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1	-	-	-	1
Capital a integralizar	(1)	-	-	-	(1)
Prejuízo Líquido do Exercicio	-	-	-	(13.344)	(13.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	(13.344)	(13.344)
Prejuízo Líquido do Exercicio	-	-	-	(116.152)	(116.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	(129.496)	(129.496)
Prejuízo Líquido do Exercicio	-	-	-	(28.648)	(28.648)
Saldos em 31 de março de 2024	-	-	-	(158.144)	(158.144)

FORBES RESOURCES BRAZIL HOLDINGS S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	FMRB	CON
	T1 - 2024	T1 - 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(28.648)	(28.648)
Resultado de equivalência patrimonial	6.886	-
(+) Depreciação e amortização	-	14.081
Juros e variaçã cambial sobre Empréstimos	22.653	21.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(2.632)
	891	4.347
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	-	5.673
Estoques	-	(2.599)
Impostos a recuperar	-	(1.343)
Depósitos vinculados	-	1.169
Arrendamento Ativo	-	(33)
Outros créditos	-	(4.701)
	-	(1.834)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores e contas a pagar	(217)	6.841
Obrigações trabalhistas e sociais	-	1.001
Obrigações tributárias	(153)	8.642
Outros obrigações	-	(11.014)
	(370)	5.470
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	521	7.983
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de Imobilizados e intangíveis	-	(12.414)
Baixa de ativos	-	293
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(12.121)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de arrendamento	-	(822)
Mútuos a receber	(2.439)	(2.439)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(2.439)	(3.261)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.918)	(7.399)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.244	19.793
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	326	12.394

1. A Companhia e suas operações

A Forbes Resources Brazil Holding SA. ("Companhia"), sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Forbes & Manhattan Resources Inc, constituída em 4 de julho de 2022, com sede e foro em Nova Lima, Minas Gerais, tem por objeto: participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como acionista, sócia ou quotista, no Brasil ou no exterior.

A Companhia detém controle da Paraná Xisto S.A. ("PX"), companhia de sociedade anônima de capital fechado, situada na cidade de São Mateus do Sul, que tem por objeto: (i) lavra, refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; (ii) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e (iii) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da companhia, inclusive a prestação de serviços. Com capacidade instalada de 6 mil barris/dia, a Companhia, por meio de suas atividades na investida PX, tem como principais produtos: óleos combustíveis, GLP, gás combustível, nafta, enxofre e insumos para pavimentação. No ramo de fertilizantes, produz a Água de Xisto.

1.1. ESG (Environmental, Social and Governance)

No primeiro trimestre de 2024 não foram notificadas não conformidades regulatórias. O período transcorreu sem acidentes, completando 341 dias sem acidentes com afastamento e 108 dias sem acidentes.

No primeiro trimestre de 2024 foi realizada a 1ª Auditoria Interna do SGSO (Sistema de Gestão de Segurança Operacional), um importante marco no quesito regulatório para atendimento à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que foi realizada sem nenhuma não conformidade crítica.

O trimestre foi finalizado com 211 colaboradores diretos, sendo 26% mulheres, 1% PNE e 17% de negros e pardos.

Foi estruturado o programa Social Energy, para seleção de projetos sociais a serem trabalhados com a comunidade local. Foram plantadas 76.840 árvores nativas totalizando 6ha de áreas recuperadas.

Houve o lançamento da 1ª turma de Técnicos de Operação Trainees para Formação do 5º grupo, conforme acordo sindical.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 e findo em 31 de março de 2024 estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas estão sendo abordadas na nota explicativa 4.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de maio de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A Companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

3.2. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados pela Empresa no balanço patrimonial e classificados em circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

• Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
• Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
• É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como não circulante quando:

• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
• Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
• Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; ou
• A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.3. Determinação do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.
O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

• Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

• Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

• Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não seja observável.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Em conexão com o processo de desinvestimento da Companhia, discussões judiciais anteriores à cisão permaneceram sob responsabilidade do antigo controlador. Adicionalmente, em consonância com o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, eventuais questionamentos que decorram de eventos nos quais o fato gerador tenha ocorrido antes (inclusive) da Data de Fechamento serão de responsabilidade do antigo controlador.

4.2. Estimativas de custos com obrigações de recuperação ambiental de áreas

As estimativas de custos com obrigações de recuperação ambiental das minas são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos. A provisão reflete o valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de recuperação, com base em normas legais vigentes e tecnologia disponível. Anualmente, ao final do exercício, os custos futuros de recuperação são revistos e todas as alterações são refletidas no valor presente da provisão de recuperação.

Outras informações sobre desmantelamento de áreas são apresentadas na nota explicativa 14.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro líquido estão apresentados na nota explicativa 15.1.

4.4. Perdas de crédito esperado

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.5. Arrendamentos

A companhia utiliza a taxa incremental de juros para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos, ponderando a taxa que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Caixa e Bancos	-	11.950
Aplicações financeiras	326	444
Total	**326**	**12.394**

O saldo em 31 de março de 2024, incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa preconizada na prática contábil.

Na conta Caixa e Equivalentes de Caixa se encontram os recursos financeiros para aplicação nas operações da entidade. Temos o grupo Caixas e Bancos onde se encontram os valores mantidos em conta corrente, para atender a movimentação diária da companhia e o grupo de aplicações financeiras onde os recursos são aplicados para gerar receita financeira.

As aplicações são mantidas em dois produtos de investimento, um é o BB Renda Fixa Longo Prazo Corporate Bancos, fundo de Investimento em cotas de fundos de investimentos, administrado e gerido por BB Gestão de Recursos DTVM S.A, no 1º trimestre de 2024 obteve um rendimento acumulado de 2,7260%. Outra parte do recurso aplicado, está junto ao Banco Safra, no produto CDB com rendimento mensal referenciada em 100% do CDI. No 1º trimestre de 2024 obteve um rendimento acumulado de 2,61%. A aplicação junto ao Safra é uma garantia da carta fiança emitida para atender a resolução da ANP nº 854/2021, a fala sobre garantias financeiras de descomissionamento.

Prática Contábil

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

6. Depósito vinculado

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Depósito vinculado	-	18.427
Total	-	18.427

7. Contas a receber, líquidas

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Terceiros	-	11.777
Arrendamentos	-	2.760
Total	-	14.537
Circulante	-	12.144
Não circulante	-	2.393

Prática contábil

No que diz respeito aos valores a receber da Companhia, é importante destacar que a carteira de recebíveis possui características específicas relacionadas ao mercado que atuamos. Cerca de 58% dos recebimentos no período são provenientes de créditos a prazo, enquanto os 42% restantes correspondem a recebimento à vista. Como resultado, a inadimplência na carteira de recebíveis da Companhia é mínima ou praticamente inexistente, dada a natureza da operação.

Embora reconheçamos a importância das provisões para perdas de crédito, nossa análise da carteira de ativos vai além da simples inadimplência. Levamos em consideração também as eventuais dificuldades financeiras dos clientes com base em suas demonstrações financeiras, bem como a flutuação do mercado.

Desta forma, para o período de 31 de março de 2024, não foi acordado nenhum valor para perdas, uma vez que todos os clientes cumpriram os prazos estabelecidos.

8. Estoques

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Derivados do Petróleo (i)	-	23.659
Intermediários (ii)	-	4.741
Materiais e suprimentos	-	27.291
Total	-	55.691

(i) Compreende óleo de xisto e outros derivados.
(ii)Compreende naftas, óleos intermediários, parafinas intermediárias e outros

Os estoques de petróleo podem ser comercializados em estado bruto, assim como consumidos no processo de produção de seus derivados.

Intermediários são formados por correntes de produtos que já passaram por pelo menos uma unidade de processamento, mas que ainda necessitam ser processados, tratados ou convertidos para serem disponibilizados para venda.

Materiais e suprimentos representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de março de 2024 o saldo consolidado de estoque obsoleto é de R$ 261 (Não tivemos provisão em 31 de março de 2024), demonstrada a seguir:

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Saldo da Provisão Obsolescência no início do período	-	-
Provisão do período	(1.861)	-
Reversão (Perdas) do período	-	-
Saldo da Provisão Obsolescência no final do período	(1.861)	-

Prática Contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. As variações dos preços de venda após a data base das demonstrações financeiras são consideradas no cálculo do valor realizável líquido, à medida que confirmem as condições existentes na referida data base.

Materiais e suprimentos são avaliados pelo custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

Provisões para obsolescência de materiais e suprimentos são determinadas por referência a itens específicos de estoque, através de revisão periódica a fim de determinar a extensão de eventual necessidade de provisão.

9. Imobilizado

O ativo imobilizado em 31 de março de 2024, está representado da seguinte forma:

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Direitos de uso	Consolidado T1-2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.780	127.667	7.657	3.828	200.932
Aporte de bens e direitos	-	-	-	-	-
Adições	-	736	7.399	-	8.135
Baixas	-	(293)	-	-	(293)
Perdas por Impairment (i)	-	-	-	-	-
Transferências (i)	-	339	-	-	339
Depreciação	(478)	(12.324)	-	(875)	(13.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.302	116.125	15.056	2.953	195.436
Custo	64.349	157.719	15.056	7.663	244.789
Depreciação acumulada	(3.047)	(41.594)	-	(4.710)	(49.352)
Saldo em 31 de março de 2024	61.302	116.125	15.056	2.953	195.436

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment.*

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. Em particular, a Companhia considera o impacto da saúde, segurança e legislação ambiental na avaliação do valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

10. Intangível

O ativo intangível em 31 de março de 2024, está representado da seguinte forma:

	Intangivel	Intangivel Em andamento	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.756	559	52.315
Aporte de bens e direitos	-	-	-
Adições	-	3.939	3.939
Baixas	-	-	-
Perdas por *Impairmen*t (i)	-	-	-
Transferências (i)	119	(119)	-
Depreciação	(403)	-	(403)
Saldo em 31 de março de 2024	51.472	4.379	55.851
Custo	57.594	4.379	61.973
Depreciação acumulada	(6.122)	-	(6.122)
Saldo em 31 de março de 2024	51.472	4.379	55.851

Estes ativos intangíveis são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou pelo valor justo quando adquiridos em uma combinação de negócios, deduzido da amortização acumulada e, se aplicável, da perda acumulada por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, revisada a cada data de balanço, sendo as seguintes, para fins do Consolidado:

- Softwares 1-25 anos

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Não houve indicadores de que o valor contábil destes ativos exceda o valor recuperável em 31 de março de 2024.

11. Fornecedores

Fornecedores	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
De petróleo, produtos para revenda, materiais e serviços.	14.257	60.455
Total	14.257	60.455

12. Partes relacionadas

Em 31 de março de 2024, os saldos eram compostos como segue:

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Ativo circulante		
Operações de mútuo (i)	-	74
Ativo não circulante		
Operações de mútuo (ii)	3.935	3.935
Total	3.935	4.009

(i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a companhia e o Samas Klube, no dia 20 de dezembro de 2023, no valor de R$73.687,70. Tal mútuo tem prazo de vencimento em 19 de dezembro de 2024 e taxa e juros de 11,75% ao ano. Tal valor foi transferido em dezembro 2023.
(ii) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a companhia e sua controladora F&M Brazil totalizando o montante de R$3.935.495,88.

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Resultado		
Receita de juros sobre o mútuo	43.261	45.379
Total	43.261	45.379

13. Arrendamentos

a) Arrendamento mercantil financeiro ativo

Em 31 de março de 2024, a movimentação do contrato, no qual a Companhia é arrendadora, está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31.12.2023	Recebimentos	Receita de juros	Remensurações	Transferências	Saldos em 31.03.2024
Curto Prazo	350	(96)	-		113	367
Longo Prazo	2.292	-	86	128	(113)	2.393
	2.642	(96)	86	128	-	2.760

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

Compromissos Estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2024	293	(13)	280
2025	390	(58)	332
2026	390	(98)	292
2027	390	(133)	257
2028 em diante	5.831	(4.232)	1.598
Em 31 de março de 2024	7.294	(4.534)	2.760

O arrendamento financeiro é representado pelo contrato de locação das plantas de pesquisa e desenvolvimento de propriedade da Paraná Xisto, celebrado com a Petrobras com prazo de 20 anos, com parcelas vencíveis mensalmente.

b) Arrendamento mercantil financeiro passivo

Em 31 de março de 2024, a movimentação dos contratos de arrendamento no qual a Companhia é arrendatária está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31.12.2023	Novos contratos	Remensurações	Pagamento de principal e juros	Encargos ocorrido no período	Transferências	Saldo final em 31.03.2024
Curto Prazo	3.535	-	-	(949)	127	63	2.776
Longo Prazo	1.121	-	-	-	-	(63)	1.058
	4.656	-	-	(949)	127	-	3.834

O fluxo nominal (não descontado) sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Desembolsos Estimados	Valor futuro		Juros anuais	Valor presente
2024	2.766	-	98	2.668
2025	463	-	69	394
2026	463	-	115	348
2027	463	-	156	307
2028 em diante	193	-	76	117
Em 31 de março de 2024	4.348	-	514	3.834

O arrendamento mercantil financeiro é representado pelo contrato de locação da caldeira industrial da companhia.

Prática contábil

Os passivos de arrendamento, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada, que levam em consideração impostos a recuperar, bem como prazos não canceláveis e opções de extensão quando forem razoavelmente certas.

Os fluxos de pagamentos são descontados pela taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) ou pagamento variáveis são reconhecidos como despesas ao longo do prazo do contrato.

14. Provisão para desmantelamento de áreas e gastos ambientais

A companhia tem obrigações legais com vistas à recuperação das áreas impactadas pelas atividades de mineração do xisto betuminoso e garantir uso futuro seguro da área do empreendimento. A reabilitação das áreas degradadas é conduzida sistematicamente ao longo da vida operacional das minas. Com isso, os danos causados para preparar a mina para o início da produção já são em grande parte reabilitados nos anos seguintes.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui provisionado o montante de R$ 69.475 para desmantelamento de áreas.

Em 31 de março de 2024, o saldo provisionado é de R$ 15.739 refere-se a valores constituídos com objetivo de compensação ambiental assumidos pela Companhia no curso de suas operações, e em atendimento a resolução 854/2021 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que visa garantir a recuperação ambiental das áreas impactadas pelas atividades de mineração

A variação das provisões de 31 de março de 2024 reflete a redução das provisões pela passagem do tempo e foram registradas como despesas no período na conta de Gastos com provisões ambientais como Outras Despesas Operacionais.

A atualização é realizada anualmente no último trimestre.

Prática contábil

O reconhecimento das obrigações legais recuperação ambiental das áreas impactadas pelas atividades de mineração de xisto betuminoso ocorre à medida que as atividades de desenvolvimento e produção das minas são realizadas. Os danos ambientais são substancialmente provenientes da fase produtiva das minas e, considerando que o processo de remoção de estéril ocorre de forma praticamente concomitante e extração de xisto, a contrapartida do reconhecimento da provisão para as respectivas recuperações ambientais das áreas compõe os custos de produção.

As estimativas são revisadas periodicamente com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados.

O montante da provisão para reabilitação e eventuais mudanças nas estimativas dos custos para fazer frente à mesma são capitalizados e reconhecidos como propriedades minerais, sendo amortizado durante a vida útil da mina. Os efeitos das taxas de desconto utilizados para atualização da provisão são reconhecidos como resultado financeiro.

15. Tributos

15.1. Tributos correntes

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Imposto de Renda e Contribuição Social	**Controladora T1-2024**	**Consolidada T1-2024**	**Controladora T1-2024**	**Consolidada T1-2024**
IR	186	3.155	-	-
CSSL	-	1.295	-	-
Total	186	4.450	-	-

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os tributos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

Estes tributos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

15.2. Demais impostos e contribuições

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante T1-2024		Ativo Não Circulante T1-2024		Passivo Circulante T1-2024		Passivo Não Circulante T1-2024	
	Control.	Consol.	Control.	Consol.	Control.	Consol.	Control.	Consol.
ICMS	-	605	-	817	-	28.001	-	-
CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Royalties	-	1.820	-	-	-	1.207	-	-
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	8	555	-	-
IOF	-	-	-	-	-	-	-	-
ICMS Parcelamento	-	-	-	-	-	19.508	-	17.511
IR Parcelamento	-	-	-	-	-	2.274	-	7.390
CSLL Parcelamento	-	822	-	-	-	668	-	2.170
Outros	-	-	-	10.595	12	1.391	-	-
Total	-	3.247	-	11.412	20	53.604	0	27.071

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

• Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
• Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R$ 1.000,00, está representado por 1.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim constituído:

- Aporte inicial de capital em 18 de julho de 2022 – R$ 1.000,00 – correspondente à 1.000 ações;

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

16.2. Lucros e dividendos

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação vigentes, terá a seguinte destinação, a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral:

(i) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;
(ii) parcela do lucro líquido remanescente poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável;
(iii) parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais;
(iv) parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas, se houver, deve ser revertida;
(v) do saldo remanescente, após as deduções e reversões indicadas e conforme previstas na legislação aplicável, parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) será distribuída aos acionistas, a título de pagamento de dividendo obrigatório;
(vi) parcela ou totalidade do saldo remanescente, após as deduções, reversões e distribuição do dividendo obrigatório, deporá ser retida para execução de orçamento de capital, se acatada a proposta dos órgãos da administração nesse sentido; e
(vii) o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional.

17. Receita de Vendas

	Controladora	Consolidada
	1T-2024	1T-2024
Receita bruta de vendas	-	160.471
Receita venda de energia	-	123
Encargos de vendas (*)	-	(38.993)
Receita de vendas	-	121.601
Mercado interno		
Óleo de Xisto	-	119.073
Nafta	-	19.045
GLP	-	9.983
Gás combustível	-	7.758
Outros	-	4.611
Receita de vendas	-	160.471

(*) Inclui PIS, COFINS e ICMS.

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os bens prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem (ou grupo de bens) que seja distinto, ou uma série de bens que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros, e quando é provável que a Companhia receberá a contraprestação pela venda. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

18. Custo dos produtos e serviços vendidos

18.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	Controladora T1-2024	Consolidada T1-2024
Matérias-primas, materiais, serviços contratados e outros	-	(41.528)
Serviços contratados, despesas gerais	-	(26.031)
Royalties	-	(2.483)
Despesa com pessoal	-	(7.461)
Depreciação e amortização	-	(9.891)
Total	-	(87.392)

18.2. Despesas de Vendas

	Controladora T1-2024	Consolidada T1-2024
Despesas com frete	-	(2.340)
Gastos com pessoal	-	(487)
Depreciação e amortização	-	(4)
Despesa Earn-out	-	(20.584)
Serviços contratados, materiais, e outros	-	(2.775)
Total	-	(26.190)

18.3. Despesas gerais e administrativas

	Controladora T1-2024	Consolidada T1-2024
Gastos com pessoal	-	(2.962)
Depreciação de amortização	-	(470)
Serviços contratados, materiais e outros	(132)	(6.275)
Total	(132)	(9.707)

Prática contábil

Os custos dos produtos e serviços vendidos das mercadorias vendidas compreende o registro do custo de produção - incluindo custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal dos respectivos produtos vendidos - e inclui os custos de royalties decorrentes da produção de xisto.

19. Outras (despesas) receitas, líquidas

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Gasto com provisões ambientais (nota explicativa 14)	-	-
Receita com aluguéis	-	(601)
Multas aplicadas a clientes	-	-
Provisão para perda de estoques	-	-
Multas contratuais comerciais	-	-
Resultado na venda de ativos	-	236
Outras	-	103
Total	-	(262)

20. Resultado financeiro líquido

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Receitas Financeiras	**139**	**1.018**
Receita com recebíveis de ativos financeiros	-	-
Receita com variação cambial ativa	83	83
Receita com aplicações financeiras	13	792
Receita de juros comerciais	-	1
Receita de juros sobre o arrendamento	-	86
Receita de juros sobre o mútuo	43	45
Outras receitas financeiras	-	11
Despesas Financeiras	**(21.732)**	**(30.493)**
Despesas financeiras com arrendamento	-	(127)
Despesas com juros	(13.185)	(14.354)
Despesas com variação cambial passiva	(8.475)	(8.677)
Despesas com IOF	(72)	(803)
Perda com aplicação financeira	-	-
Despesas com descontos concedidos	-	(5.943)
Despesa bancárias	-	(579)
Outros	-	(10)
Total	**(21.593)**	**(29.475)**

21. Processos judiciais e contingências

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Até 31 de março de 2024, não há processos em que a empresa seja demandante ou demandada, classificados como prováveis.

Prática contábil

A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

22.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de março de 2024, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante o 1º trimestre de 2024 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de março de 2024:

	Controladora T1-2024	Consolidado T1-2024
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	326	12.394
Contas a receber, líquidas	-	11.777
Não circulante		
Depósitos vinculados	-	-
Contas a receber, líquidas	-	-
	-	-
Total	326	24.171
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	14.257	60.445
Arrendamentos	-	2.776
	14.257	63.221
Não circulante		
Arrendamentos	-	1.058
	-	1.058
Total	14.257	64.279

22.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

22.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos de sua controladora. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

22.3.1. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

Em 31 de março de 2024, quanto aos recebíveis, seus principais clientes são: Vibra Energia, Ravato e sua antiga controladora Petrobras, reduzindo em muito o risco de crédito.

22.3.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção do arrendamento mercantil que tem expectativa de realização de até 2 anos.

22.3.3. Riscos de mercado

a) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de março de 2024, a Companhia não possuía exposição material à risco de taxa de juros.

b) Risco de preços de petróleo e derivados

A companhia está exposta ao risco de variação dos preços internacionais de petróleo. Essa commodity está sujeita a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da companhia.

22.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

23. Compromissos e garantias

Em 27 de julho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para aprovar o terceiro aditamento ao instrumento particular da 1ª Emissão de Debêntures conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para colocação privada, da F&M Brazil. O documento original foi celebrado em 19 de outubro de 2022 no total de R$ 266.225, entre a F&M Brazil e o LCM 1-A Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.280.261/0001-03 (“Fundo LCM” e, conforme aditada de tempos em tempos, a “Escritura de Emissão”).

Tornando-se a companhia garantidora das debêntures emitidas por sua controladora, a empresa oferece garantias sobre a totalidade de recebíveis, direitos creditórios, direitos e títulos relacionados ao óleo e gás de xisto, entre outros ativos.

24. Eventos subsequentes

Após o encerramento do primeiro trimestre de 2024, a Empresa estabeleceu uma linha de crédito por meio de títulos ("Bonds") no valor de US$ 80.000.000,00, com uma taxa de juros de 16% a.a. Este montante será utilizado para quitar o empréstimo anterior com a Lumina Capital Management.

O total de vendas de óleo combustível no mês de abril de 2024 foram de 11.674 toneladas, em maio 14.246 toneladas.